





# Psicopedagogia educacional e as crianças com Síndrome de Down

## *Educational psychopedagogy and children with Down Syndrome*

- <sup>1</sup> Ana Cristina de Paula Abreu Domingos  
- <sup>2</sup> Andresa Couto Garcia 
- <sup>3</sup> Cristovam da Silva Alves 
- <sup>4</sup> Suelene Regina Donola Mendonça

- 
- <sup>1</sup> Mestranda em Educação - UNITAU.
  - <sup>2</sup> Mestranda em Educação. Experiência na área de Educação, com ênfase em Educação. Atualmente sou professora na Escola Educar e Crescer, na Educação Infantil e na Faculdade Mackenzie como tutora nos cursos de graduação. UNITAU.
  - <sup>3</sup> Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Professor colaborador no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté - MPE/UNITAU. UNITAU.
  - <sup>4</sup> Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Assistente III da Universidade de Taubaté. Professora e membro da Comissão de Pós-graduação em Educação (CPG-ED) do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté. UNITAU.

### RESUMO

Este artigo tem como tema a Psicopedagogia Educacional voltada ao atendimento de crianças com Síndrome de Down e aborda dificuldades encontradas por muitos profissionais da educação, principalmente docentes e coordenadores pedagógicos de escolas públicas, para lidarem com problemas de aprendizagem comuns a esse público. Dessa forma, tem como objetivo destacar a psicopedagogia, procurando ressaltar comportamentos vinculados ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo voltados à aprendizagem, por meio de métodos e estratégias criadas pelo profissional psicopedagogo, de forma a identificar problemas. O suporte da Psicopedagogia Educacional ao trabalho pedagógico voltado ao acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças tem possibilidades efetivas de transformar a prática educativa observada nesses contextos de inclusão, induzindo melhorias nas aprendizagens das crianças e no desenvolvimento profissional dos educadores.

### Palavras-chave:

Psicopedagogia Educacional. Síndrome de Down. Ensino Colaborativo. Aprendizagem.

### ABSTRACT

*This article has as its theme Educational Psychopedagogy focused on the care of children with Down Syndrome and addresses difficulties encountered by many education professionals, especially teachers and pedagogical coordinators of public schools, to deal with learning problems common to this public. This time, it aims to highlight psychopedagogy, seeking to highlight behaviors linked to cognitive, psychomotor and affective development aimed at learning, through methods and strategies created by the psychopedagogist professional, in order to identify problems. The support of Educational Psychopedagogy to pedagogical work aimed at monitoring the learning and development of these children has effective possibilities of transforming the educational practice observed in these inclusion contexts, inducing improvements in children's learning and in the professional development of educators.*

### Keywords:

*Educational Psychopedagogy. Down's syndrome. Collaborative Teaching. Learning.*

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo destaca a psicopedagogia nas instituições escolares, especificamente o trabalho com crianças com síndrome de Down, tendo como objetivo destacar a psicopedagogia, procurando ressaltar comportamentos vinculados ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo voltados à aprendizagem, por meio de métodos e estratégias criadas pelo profissional psicopedagogo, de forma a identificar problemas.

A participação de crianças com síndrome de Down no contexto escolar se tornou um fator de suma importância ao se destacar sua inclusão na sociedade, em decorrência das relações que aí ocorrem, proporcionando autonomia e colaboração para o convívio social, com vivências essenciais para o desenvolvimento biopsicossocial, a partir do desenvolvimento de vínculos de relacionamento.

Nessa perspectiva, é importante registrar que a presença de crianças com síndrome de Down na escola exige o envolvimento de outros profissionais ligados ao aprendizado do aluno, dentre eles, se destacam os educadores físicos e psicólogos que estejam ligados à escola, como ainda, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicopedagogo, médicos e neurologistas.

Infelizmente, a maioria das escolas não dispõe de equipe profissionais para apoiar a inclusão. Dessa forma, neste artigo, discutiremos a importância do serviço de psicopedagogia escolar como modalidade de apoio à inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola formal.

Este estudo está organizado em quatro eixos: A Psicopedagogia nas Instituições Escolares; A Criança com Síndrome de Down; O Ensino Colaborativo e sua Importância para a Aprendizagem e Psicopedagogia Educacional e as Crianças com Síndrome de Down.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, na qual se buscou explorar estudos que, seja por meio de relato de pesquisas ou por discussão teórica, evidenciaram o tema, destacando o apoio que o serviço de psicopedagogia educacional pode dispensar ao acompanhamento de crianças com Síndrome de Down em sua vida escolar.

### **2.1 A Psicopedagogia nas Instituições Escolares**

A psicopedagogia surgiu como uma forma de contribuição para a pedagogia, na qual se evidencia o processo de aprendizagem da criança, enfocando seu desenvolvimento e conhecimento.

O Psicopedagogo, diante das dificuldades de aprendizagem e numa ação preventiva, inserido no âmbito escolar, deve adotar uma postura crítica, com o objetivo de propor novas alterações de ação voltadas para a melhoria da aprendizagem. Ele deve buscar o que o aprender significa para o indivíduo, sua família, sua comunidade, deve fazer uma pesquisa particular deste indivíduo não só para encontrar as causas do não aprendizado, mas também para facilitar a aprendizagem (SANTOS, 2017, p. 4).

O psicopedagogo, na esfera escolar, trabalha junto à direção, coordenação e corpo docente, pois sua atuação é voltada ao processo de construção do conhecimento e o seu olhar está vinculado à observação, à história, às condições, às interações que visem ao conhecimento, envolvendo tanto a criança como a família e o professor, considerando os conteúdos trabalhados e as práticas pedagógicas (SANTOS, 2017).

A Psicopedagogia surgiu na Europa, mais precisamente na França, em meados do século XIX, onde a Medicina, Psicologia e a Psicanálise, começaram a se preocupar com uma alternativa de intervenção nos problemas de aprendizagem e suas possíveis correções. A corrente europeia influenciou a iniciação psicopedagógica na Argentina, e a mesma influenciou a identidade da Psicopedagogia Brasileira (TRINDADE et al., 2013, p. 1 apud BOSSA, 2000, p. 37).

No Brasil, a Psicopedagogia surgiu, aproximadamente, nos anos 1970. Isso ocorreu pela necessidade de atendimento a crianças com distúrbios na aprendizagem que eram consideradas inaptas dentro do sistema educacional convencional, mas os cursos na área só iniciaram a partir da década de 1990 (TRINDADE et al., 2013).

A intervenção psicopedagógica é um meio eficaz como forma de prevenção do fracasso escolar, seu trabalho orientado por recursos cognitivos e emocionais permite não apenas o sucesso na aprendizagem, mas possibilita o resgate de sua autoestima e autonomia individual tornando assim mais fácil sua socialização com os demais colegas (TRINDADE et al., 2013, p.3).

Assim, o profissional em psicopedagogia é importante como um auxiliar na integração das crianças especiais, por ter condições de analisar as melhores alternativas, para que ocorra a igualdade de oportunidades, em que se tem a socialização como primordial, mas não como o único intuito da escola. Para que o aluno tenha um ensino especializado, frequentando a sala regular deve haver um planejamento (RIBEIRO, 2015).

Os conhecimentos da Psicopedagogia Institucional contribuem muito para a organização do ambiente educacional, abrangendo alunos e professores. Assim também, a Gestão Educacional é fundamental para a organização do sistema de ensino, a formação de professores e o engajamento da comunidade escolar. Nesse sentido, é importante que sejam realizados estudos que procurem relacionar as duas áreas e suas contribuições com a outra – e ambas – para a educação em geral (TEIXEIRA, 2015, p.1-2).

O psicopedagogo institucional que atua nas escolas tem como foco o estudo do processo de ensino e de aprendizagem, destacando suas dificuldades. Pode contribuir para que a escola visualize, compreenda suas dificuldades e se organize para trabalhar em conjunto. Para tanto, seu envolvimento e comprometimento são indispensáveis na comunidade escolar (TEIXEIRA, 2015).

## 2.2 A Criança com Síndrome de Down

Os indivíduos com síndrome de Down possuem alguns traços semelhantes por carregarem o cromossomo 21 extra, o qual exerce uma influência na formação do corpo e, assim, acabam apresentando algumas características físicas e comportamentos em comum.

Alguns estudos dizem que, em 1930, os médicos já suspeitavam que a síndrome de Down ocorria devido a um problema cromossômico. Entretanto, segundo Pueschel (1999, p. 54), os exames laboratoriais daquela época não eram suficientemente avançados para comprovar o problema cromossômico. Em 1956, cientistas comprovaram que ao invés de 48 cromossomos, havia 46 em cada célula de um ser humano normal e que na pessoa portadora da síndrome de Down existia 47 cromossomos em suas células; ao invés de apresentar dois cromossomos 21, o portador possui três, também conhecida pelo autor como "trissomia simples" ou "trissomia do cromossomo 21" (BASSANI, 2012, p. 2).

Os portadores de Down são normalmente calmos, afetivos, bem-humorados e possuem alguns déficits intelectuais, distúrbios de comportamento, desordens de conduta, dificuldades na linguagem, na motricidade e na integração social, mas essas características podem variar de indivíduo para indivíduo.

Começa no século XX a história oficial da síndrome de Down. Naquela época não havia uma classificação para todos os tipos de deficiência e eles eram tratados e medicados da mesma maneira. Até que em 1986 o cientista inglês John Langdon fez uma observação interessante, contrariando todas as crenças da época. Ele questionou porque algumas crianças, mesmo sendo filhas de pais europeus eram tão parecidas entre si e tinham traços da população da raça mongólica, principalmente pela inclinação das pálpebras, similares a dos asiáticos. A descrição mais precisa que o pesquisador fez na época sobre a população, foi esta: "o cabelo não é preto, como acontece com o povo mongol, mas sim de uma cor amarronzada, além de serem ralos e lisos. A face é achatada e larga, os olhos são oblíquos e o nariz é. Estas crianças têm uma considerável capacidade de imitar (FIGUEIREDO, 2010, p. 14).

Durante muito tempo, foram pesquisadas as causas da Síndrome de Down, pois se acreditava que as possíveis causas poderiam ser infecções, sífilis, casamentos consanguíneos, tentativas de abortos, raios X (FIGUEIREDO, 2010, p. 15).

A identificação do indivíduo com esta Síndrome é feita na ocasião do nascimento ou logo após, embora possuam aparência de seus pais com características diferentes como cor do cabelo e olhos, estrutura corporal pela presença de várias características físicas individualizada, estas crianças apresentadas características físicas em comum que podem ser verificadas pelo médico (ROIZEN, PATTERSON, 2003 apud RODRIGUES et al., 2015).

Para confirmar a síndrome de Down, o médico necessita solicitar um exame genético, chamado de cariótipo, o qual permite confirmar o diagnóstico através da constatação de um cromossomo extra par 21, que provém de um erro na divisão do material genético no início da formação do bebê.

Além disso, existem características orgânicas que a síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem acompanham o portador da síndrome de Down, que são congênitas e incluem principalmente o atraso mental, a cardiopatia, a baixa estatura, a hipotonia (fraqueza muscular), o perfil achatado, as orelhas pequenas com implantação baixa, os olhos com fendas palpebrais oblíquas, o encurvamento dos quintos dedos, a prega única nas palmas (prega simiesca), a atresia duodenal, o nariz pequeno e achatado, o pescoço grosso e curto, o encurtamento do fêmur e úmero, a bexiga pequena, a língua protusa, o aumento da distância entre o primeiro e o segundo artelho (BASSANI, 2012, p.4-5).

Nesse contexto, a escola é um ambiente de suma importância para a criança com síndrome de Down, pois propicia a autonomia que ela necessita para a vida adulta e tem o papel de fornecer meios para que ela adquira competências sociais e que consiga se comunicar e se socializar em diversos grupos.

A integração deve ser alcançada na escola, pois sendo frequentada por todos os tipos de crianças, vai propiciar a socialização e a capacitação para que o portador de Síndrome de Down possa interagir com a sociedade. Portanto se o aluno está sendo atendido em sua totalidade em sala regular, a integração deve ser considerada total. Porém, se o aluno precisar de um atendimento especializado em outra sala, com recursos específicos, essa integração é vista como parcial (RIBEIRO, 2015, p. 4).

No Brasil, a educação inclusiva teve como principal fundamento a Constituição Federal de 1988, que garante a todos o direito de igualdade (art. 5º) e, no artigo 205, que trata do direito de todos à educação, visando ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e também a qualificação para o trabalho (LUIZ et al., 2012).

Assim, se destacam os princípios da Educação Especial, que é respaldada legal, política e educacionalmente. Esses princípios são apoiados e se encontram expressos nos seguintes documentos:

- Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948);
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988): garante em seu artigo 208, inciso III, "o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino";
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
- Declaração da Salamanca, resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, ocorrida na Espanha em junho de 1994, que reafirmou o direito de todos à educação, independentemente de suas diferenças, enfatizando que a educação de pessoas portadoras de deficiências parte integrante do sistema educativo;
- Política Nacional de Educação Especial (1994);
- Plano Decenal de Educação para Todos (1994) (RODRIGUES et al., 2015, p. 7).

Ao considerar as diferenças dos alunos que são portadores de deficiências, a Educação Especial aperfeiçoa currículos, metodologias e alguns recursos didáticos, os quais servem como forma de orientação para os educadores.

As crianças com Síndrome de Down, geralmente, seguem o mesmo padrão de desenvolvimento que as crianças sem a trissomia, mas em um ritmo mais lento em algumas áreas. No entanto, é importante lembrar que o desenvolvimento em algumas áreas influencia o desenvolvimento em outras, por exemplo, as habilidades motoras contribuem para a capacidade de explorar o meio, um desenvolvimento mais lento na parte motora também pode afetar a independência e autonomia de uma criança – por exemplo, será mais difícil para ela se vestir sozinha, ou completar um jogo de inserir formas em buracos, construir com blocos etc (VAZ, 2019, p. 2).

Diante dessas e outras dificuldades, se faz necessária a presença do psicopedagogo, o qual, atualmente, se encontra em alguns cotidianos escolares das crianças com síndrome de Down, pela necessidade de intervenção.

Segundo Escamilla (1998), a memória na criança com síndrome de Down pode acompanhar a seguinte classificação:

- **Sensorial** – reconhece imagens correspondentes a cada um dos sentidos (ex.: uma pessoa com memória visual, recorda o que vê);
- Memória lógica intelectual - que intervém na capacidade de armazenar e reproduzir os conhecimentos adquiridos anteriormente e implica na compreensão dos significados das coisas e sua relação mútua (VAZ, 2019, p. 9).

Nesse sentido, se destaca a construção da identidade de uma pessoa com síndrome de Down, que é iniciada a partir do seu nascimento e vai se constituindo pela própria experiência, e de sua imagem, que é percebida por ela mesma e pelos outros.

Essa relação entre as construções culturais que acontecem no social e no desenvolvimento humano repercutem na constituição do sujeito, na produção de práticas e discursos cotidianos. Por isso, a pessoa com síndrome de Down, ao narrar sobre si, sobre suas vivências na escola, na família e na sociedade traz consigo a marca do outro do social. Assim, "(...) o modo como as pessoas se veem (...) ou significam sua existência também se dá circunscrito socialmente, na tensão entre diferentes vozes, que aos poucos vai encontrando ou não repercussão no indivíduo (...)" (KASSAR, 2000, p. 44 apud CAPISTRANO, 2020, p. 5).

### 2.3 O Ensino Colaborativo e sua Importância para a Aprendizagem

O ensino colaborativo propõe uma discussão na escola a respeito de questões relacionadas ao planejamento entre o professor de educação especial e o professor da sala regular, e também ressalta os conteúdos que devem ser incluídos no currículo, com suas adaptações, com destaque para a distribuição de tarefas e responsabilidades, as formas de avaliação, as experiências em sala de aula, os procedimentos para se organizar as salas, e a comunicação entre alunos, pais e administradores, como ainda o acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos (VILARONGA et al., 2014).

O trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular, faz parte da proposta de alguns países para a inclusão escolar de alunos com deficiência, sendo esta apontada como uma das mais relevantes. No Brasil, esse modelo não é conhecido e/ou realizado pela maioria dos municípios, sendo utilizado apenas em casos pontuais e experimentais (VILARONGA et al., 2014).

Ao se destacar os grupos colaborativos, se ressaltam os participantes que compartilham decisões tomadas e que são os responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, o que ocorre de acordo com suas possibilidades e interesses.

Os estudos voltados para o trabalho em grupo adotam, alternadamente ou como sinônimos, os termos colaboração e cooperação para designá-lo. Costa (2005) argumenta que, embora tenham o mesmo prefixo (co), que significa ação conjunta, os termos se diferenciam porque o verbo cooperar é derivado da palavra *operare* – que, em latim, quer operar, executar, fazer funcionar de acordo com o sistema – enquanto o verbo colaborar é derivado de *laborare* – trabalhar, produzir, desenvolver atividades tendo em vista determinado fim (DAMIANI, 2015, p. 214).

Nessa perspectiva, na colaboração, há ajuda mútua na execução de tarefas, embora suas finalidades, geralmente, sejam fruto de negociação conjunta do grupo, podendo existir relações desiguais e hierárquicas. Destaca-se a colaboração dos membros que se apoiam e buscam atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações de liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade através de ações desenvolvidas.

A importância do trabalho colaborativo entre os professores surge a partir de tentativas de amenizar os índices de reprovação e, assim, manter os jovens nas escolas, e, com eles, as políticas que estão relacionadas à inclusão de alunos com necessidades especiais nas redes regulares, que têm criado várias dificuldades às instituições e também aos docentes (DAMIANI, 2015).

Ao tratar dos problemas engendrados pelas dificuldades do trabalho escolar, Parrilla e Daniels (2004, p. 10-11) comentam que elas levam os docentes a se sentirem carentes de apoio, o que pode resultar na falta de iniciativa para encontrar soluções novas para os problemas, com a consequente adoção de práticas corriqueiras, sem esperanças de que funcionem. Essa descrição, embora se refira ao sistema de educação espanhol, parece adequada também à realidade das escolas brasileiras (DAMIANI, 2015, p. 218).

Nesse sentido, observa-se, no ensino colaborativo, uma estratégia didática em que o professor de classe comum e o professor especialista têm a oportunidade de trabalhar em conjunto, podendo compartilhar suas habilidades, conhecimentos e perspectivas, para propor uma combinação de recursos, a fim de estabelecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

O ensino colaborativo segundo Mendes (2006, p. 32): (...) ou co-ensino é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, e especificamente para responder às demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (MARANI et. al., 2019, p. 9).

Portanto, o ensino colaborativo nada mais é do que uma proposta para a educação inclusiva que tem como base uma parceria entre professores de classes comuns com os professores da Educação Especial, visando à promoção da melhoria no ensino de estudantes, público-alvo da Educação Especial nas classes comuns.

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI, 2004, p. 8 apud SOUSA, 2016, p. 96).

Ao utilizar o ensino colaborativo nas escolas, se ampliam as oportunidades de inclusão, pois esse modelo auxilia na adaptação do espaço educativo em sua totalidade, para receber esses alunos e lhes proporcionar sua real inclusão.

Em síntese, o ensino colaborativo ou co-ensino, é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes, sendo que esse modelo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, e especificamente para responder às demandas das práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais (MENDES, 2006, p. 32 apud SOUSA, 2016, p. 97).

Dessa forma, pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professores é uma forma de enriquecer a maneira de pensar, agir e resolver problemas, e, assim, se criar possibilidades de sucesso voltadas às ações pedagógicas (DAMIANI, 2015).

## 2.4 Psicopedagogia Educacional e as Crianças com Síndrome de Down

Na psicopedagogia educacional, é realizado um diagnóstico, que pode ser entendido como processo inicial para que se realize uma investigação de queixa e, nele, o psicopedagogo deve realizar uma leitura dinâmica e global do sujeito, de sua família e do processo de escolarização, a fim de organizar os dados obtidos de maneira única e pessoal.

Pretende-se, assim, formar uma compreensão global de como o sujeito aprende e dos desvios que podem estar envolvidos nesse processo, que o estão impedindo de se desenvolver na aprendizagem. "O diagnóstico psicopedagógico significa uma investigação da aprendizagem que considera a totalidade dos fatores intervenientes no ato de aprender" (MIRANDA, 2008 apud SILVA, 2018, p. 104).

Nesse processo de investigação, há ainda a Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem, a qual objetiva investigar os vínculos que o indivíduo possui com a aprendizagem, que visa à percepção do que a criança sabe fazer, o que lhe ensinaram e o que aprendeu, como ainda a avaliação do nível cognitivo, por intermédio da aplicação de provas operatórias.

(...) a avaliação da produção escolar e dos vínculos com os objetivos de aprendizagem escolar; a avaliação de desempenho em testes psicopedagógicos; a análise dos aspectos emocionais por meio de testes projetivos e sessões lúdicas; entrevistas com a escola ou outra instituição em que o sujeito faça parte, etc. Esses momentos realizar-se-ão com dimensões diferentes conforme a necessidade de cada caso (SILVA, 2018, p. 105).

Nesse sentido, é importante ressaltar a criança com síndrome de Down, por conta das dificuldades de aprendizagem que pode ter na instituição escolar, suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento generalizadas, o que pode afetar as capacidades na área da linguagem, autonomia, motricidade e integração social.

Diante dessa dificuldade de aprendizagem, verifica-se a importância da necessidade de potencializar o seu desenvolvimento cognitivo e motor, respeitando sempre suas limitações e explorando suas habilidades no contexto escolar. Assim sendo, ao se trabalhar com crianças com Síndrome de Down, mostra-se importante que se possibilite o estímulo durante todo o seu processo evolutivo (SILVA, 2018, p. 111-112).

A psicopedagogia não interfere apenas nas dificuldades ou em relação à existência de um problema, mas de maneira preventiva, para evitar que essas dificuldades se instaurem. Assim, a intervenção surge como prevenção, principalmente as voltadas à aprendizagem que se encontram relacionadas às habilidades de leitura, escrita e matemática, as quais influenciam de forma direta no desenvolvimento psicomotor das crianças com síndrome de Down.

Para psicopedagogia é muito importante que o mediador conheça o desenvolvimento infantil, entendendo cada fase, como também compreendendo a criança como ser único, interpretando assim suas necessidades, como seus interesses e curiosidades (VAZ, 2019, p. 9).

Nesse contexto, o psicopedagogo deve desenvolver, no indivíduo com síndrome de Down, a confiabilidade em suas ações, através de intervenções que auxiliem em todo processo de aprendizagem, com ressignificação das diferentes fases do desenvolvimento, cabendo, a esses profissionais, verificarem o que a criança pode aprender e como, pois ele deve buscar meios para avaliar e observar os sintomas, para criar um plano de intervenção.

Sob esse prisma se faz necessário que o profissional em psicopedagogia tenha em sua formação cursos que o levem a:

- 1) Vivenciar situações para lidar com o próprio aprender e para lidar com o aprender do outro;
- 2) Desenvolver, com propriedade, o uso de recursos específicos, que para assessorar professores ou outros profissionais em situações específicas de aprendizagem, quer para o atendimento do aprendiz;
- 3) Saber, de forma cientificamente fundamentada, o porquê utilizar um ou outro recurso para o aluno com quem está lidando (PATERRA et al., 2014, p. 7).

Portanto, pode-se afirmar que a psicopedagogia estuda o desenvolvimento do ser humano e a relação existente com a aprendizagem, o que colabora para que muitos confundam com reforço escolar, que é um outro tipo de trabalho, pois esse revê o que foi aprendido, auxiliando o indivíduo em suas dificuldades. A psicopedagogia trabalha para que a criança consiga assimilar e desenvolver suas habilidades, que são essenciais para o processo de aprendizagem.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do que foi proposto neste estudo, percebe-se a falta de preparo da sociedade e das redes regulares de ensino, ao receber alunos com síndrome de Down.

Para tanto, há a necessidade do envolvimento de outros profissionais, juntamente com os educadores, para que se tenha condições de obter melhores resultados e, dentre esses profissionais, é primordial destacar o psicopedagogo.

No espaço escolar, o professor deve estar atento às especificidades de cada aluno, para que possa desenvolver suas potencialidades. Nesse sentido, o trabalho atento e a observação rigorosa podem potencializar e favorecer o desenvolvimento cognitivo da criança com síndrome de Down.

Contudo, se observa o quanto a interação de um psicopedagogo nas escolas é essencial para que, juntamente com o professor, possa desenvolver a aprendizagem, como também contribuir, por meio de dinâmicas, para o desenvolvimento da criança com síndrome de Down. Destaca-se o ensino colaborativo, primordial nesse processo, fazendo com que a criança possa se desenvolver com apoio de profissionais que estejam voltados à sua inclusão no ensino regular.



## REFERÊNCIAS

- BASSANI, C.S. **A Síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem**. São Paulo, 2012. Disponível em <http://www.pixfolio.com.br/arq/1401280042.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- CAPISTRANO, L.L.M. O processo de construção da identidade do adolescente com síndrome de Down no atendimento psicopedagógico. **Revista Macambira – Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidade e Desenvolvimento Territorial**. ISSN: 2594-4754. Bahia, 2020. Disponível em: <http://www.revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/507/441>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- DAMIANI, M.F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXsffFxr4BXvLvyx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- FIGUEIREDO, G.F. **A importância do psicopedagogo na inclusão do portador de síndrome de Down na rede de ensino público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/k215804.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k215804.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.
- GONÇALVES, M. **O que é psicopedagogia e como ela pode auxiliar as crianças**. São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www.ninhosdobrasil.com.br/o-que-e-a-psicopedagogia-e-como-ela-pode-auxiliar-as-criancas?gclid=EAlaIqobChMI6vDmqq\\_h8glVjw6RCh0PoAvPEAMYASAAEgl2uPD\\_BwE](https://www.ninhosdobrasil.com.br/o-que-e-a-psicopedagogia-e-como-ela-pode-auxiliar-as-criancas?gclid=EAlaIqobChMI6vDmqq_h8glVjw6RCh0PoAvPEAMYASAAEgl2uPD_BwE). Acesso em: 2 set. 2021.
- LUIZ, F.M.R.; NASCIMENTO, L.C. Inclusão escolar de crianças com síndrome de down: experiências contadas pelas famílias. Relato de Pesquisa. **Revista Brasileira Educ. Esp.** 18 (1) Mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/GBtH7zpyFNMqns6kPPMS5PB/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- MARANI, A.; RIBEIRO, M.A.; FANTACINI, R.A.F. A importância do ensino colaborativo para o aluno com deficiência intelectual. **Revista Educação**, Batatais, v. 9, n. 1, p.11-27, jan/jun 2019. Disponível em: <https://web-api-claretiano-edu-br.s3.amazonaws.com>. Acesso em: 1 set. 2021.
- PATERRA, M.T.G.; RODRIGUES, S.C. Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares. **Revista Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, ISSN 2179-9636, Ano 4, número 14, junho de 2014, Paraíba. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509155753.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509155753.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.
- RIBEIRO, A.A. Ações do psicopedagogo junto a alunos com síndrome de Down. **Revista Revela**, Ano VIII – Nº XVIII – Jul/2015 – ISSN 1982-646x. Disponível em: [http://www.fals.com.br/revela/revela026/ed18/andrea\\_ribeiro.doc.pdf](http://www.fals.com.br/revela/revela026/ed18/andrea_ribeiro.doc.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021.
- RODRIGUES, E.A.S.; AMBRÓSIO, M.S. **Estratégias usadas para alunos com síndrome de Down**. Uberlândia, 2015. Disponível em: [http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/estrategias\\_de\\_aprendizagem\\_usadas\\_para\\_alunos\\_com\\_sindrome\\_de\\_down.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/estrategias_de_aprendizagem_usadas_para_alunos_com_sindrome_de_down.pdf). Acesso em: 22 ago. 2021.
- SANTOS, A.M.G. Ação do psicopedagogo na aprendizagem de alunos com Síndrome de Down. **Revista Eletrônica FABE**. Bertioga, 2017. Disponível em: <http://fabeemrevista.com.br/material/vol7/03.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.
- SILVA, D.L. O diagnóstico psicopedagógico clínico: estudo de caso de uma criança com síndrome de Down. **Revista Ideias & Inovação**. Aracaju, v. 4, n.2 p.103-114. Maio/2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/5615/2835>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SOUSA, D.R.; SILVA, R.N.; FANCINI, R.A.F. Ensino colaborativo: benefícios e desafios. **Revista Educação**, Batatais, v. 6, n. 3, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download>. Acesso em: 2 set. 2021.

TEIXEIRA, C.T. **A atuação psicopedagógica na instituição escolar em colaboração a gestão educacional**. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20002\\_9371.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20002_9371.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

TRINDADE, C.M.T.; CERQUEIRA, A.B.S. O psicopedagogo e sua intervenção na aprendizagem de alunos com Síndrome de Down. **Revista Portal e Educação**, 2013. São Paulo. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/o-psicopedagogo-e-sua-intervencao-na-aprendizagem-de-alunos-com-sindrome-de-down/30041#>. Acesso em: 22 ago. 2021.

VAZ, S. **A importância do psicopedagogo na estimulação de crianças com síndrome de Down de 1 a 6 anos de idade**. Paraná, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332245718\\_A\\_IMPORTANCIA\\_DO\\_PSICOPEDAGOGO\\_NA\\_ESTIMULACAO\\_DE\\_CRIANCAS\\_COM\\_SINDROME\\_DE\\_DOWN\\_DE\\_1\\_A\\_6\\_ANOS\\_DE\\_IDADE](https://www.researchgate.net/publication/332245718_A_IMPORTANCIA_DO_PSICOPEDAGOGO_NA_ESTIMULACAO_DE_CRIANCAS_COM_SINDROME_DE_DOWN_DE_1_A_6_ANOS_DE_IDADE). Acesso em: 31 ago. 2021.

VILARONGA, C.A.R.; MENDES, E.G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Ver. bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.